

Regime autoritário em Portugal: suas narrativas e a memória dos operários em perspectiva

Authoritarian regime in Portugal: its narratives and workers' memories in perspective

Eliane Cristina da Silva Nascimento
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8050-3219>

Isabel Maria Freitas Valente
Universidade de Coimbra
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2403-5147>

Resumo

Além de uma função documental e histórica, registros sobre períodos autoritários têm uma função educativa e social, pois rememorar este passado é uma forma de resistência e uma forma de reafirmar a importância da garantia das liberdades e dos direitos. Neste contexto, este texto centra-se nas memórias da categoria operária, um de entre os atores que tiveram protagonismo na resistência ao governo autoritário em Portugal (1926-1974). Procuraremos compreender de que forma os discursos que emergem destas memórias articulam-se ao recriarem este vivido.

Palavras-chave: Ditadura; Portugal; Memórias; Categoria Operária.

Abstract

In addition to a documentary and historical function, records about authoritarian periods have an educational and social function, as remembering this past is a form of resistance and a way of reaffirming the importance of guaranteeing freedoms and rights. In this context, this text focuses on the memories of the working class, one of the protagonists in the resistance to the authoritarian government in Portugal (1926-1974). We will seek to understand how the discourses that emerge from these memories are articulated when these people relive their experiences.

Keywords: Dictatorship; Portugal; Memories; Working Class.

Partimos do pressuposto que registros sobre períodos autoritários carregam em si uma função documental e histórica, mas também uma função educativa e social, pois rememorar este passado é uma forma de resistência, assim como uma forma de reafirmar a importância da garantia das liberdades e dos direitos. Neste sentido, dedicamos este texto, simbolicamente no ano em que se comemora o cinquentenário da Revolução dos Cravos, revolução que pôs fim à ditadura em Portugal, em homenagem a Álvaro Vasconcelos, um incansável defensor da democracia e da paz¹.

Introdução

Luís Reis Torgal, historiador que dedicou dois volumes ao tema do Estado Novo em Portugal e explorou diversas nuances do período, ao refletir sobre a política da memória de regimes autoritários, interroga: silenciar ou documentar? O autor responde afirmando que “não devemos esconder a memória do passado, mesmo a memória de tempos considerados obscuros [...] Tornar viva essa memória deve ser entendido como um acto de civismo, mas de ciência e de divulgação científica” (Torgal, 2009b, p. 46).

A investigadora Maria Manuela Cruzeiro, ao tratar da especificidade do trabalho com testemunhos orais², afirma que o fato de testemunhos orais representarem um processo de recriação do vivido que é perpassado por lembranças e esquecimentos, conscientes ou não, que sofrem mediações políticas, ideológicas e sociais, não inviabiliza o seu uso, ao contrário, reforça sua importância, na medida em que permite a compreensão de todas as dinâmicas do fato estudado, pois há uma dimensão humana e uma significação ética e política que os documentos históricos estão longe de alcançar.

Inserindo-se neste contexto e considerando que utilizar testemunhos orais para o estudo de tais fatos pode constituir-se em uma perspectiva de análise mais abrangente, este trabalho centra-se nas memórias de um de entre os atores que tiveram protagonismo na resistência ao governo autoritário em Portugal (1926-1974): a categoria operária. Procuraremos compreender de que forma os discursos que emergem destas memórias articulam-se ao recriarem este vivido.

¹ Este trabalho sintetiza os resultados de um período de estágio em pesquisa, realizado pela primeira autora entre novembro de 2019 e abril de 2020, no Centro de Estudos Interdisciplinares da Universidade de Coimbra, sob a orientação da Professora Doutora Isabel Maria Freitas Valente, cujo foco foi a memória da resistência operária ao regime autoritário português e a justiça de transição. O trabalho foi realizado no âmbito do Projeto CAPES-PrInt UFABC, com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

² CRUZEIRO, Maria Manuela – Revolução, história e memória: o 25 de Abril e os desafios da História Oral. *e-cadernos CES*, vol. 29 (2018), pp. 197-211.

Notas teórico-metodológicas

Sendo uma das fontes de pesquisa a consulta a testemunhos e entrevistas de operários e sindicalistas que sofreram algum tipo de repressão pelo regime autoritário português, cumpre considerar, inicialmente, a especificidade deste tipo de fonte.

Paulo (2008) oferece elementos de reflexão para análise de manuscritos, relatórios e testemunhos relativos à resistência aos regimes autoritários. Para a autora, este tipo de fonte está sempre sujeita aos discursos que representam, ou seja, os atores elaboram suas memórias, incorporando experiências e discursos como se fossem seus e, em geral, tendem a apresentar o seu testemunho como a única versão dos fatos, o que pode gerar lacunas na “história” ao desconsiderarem discursos não legitimados, por si ou pelo grupo ao qual fazem parte. Outro elemento destacado é que, ainda que os testemunhos provenham de entrevistados pertencentes a uma mesma categoria, podem manifestar múltiplas visões sobre um mesmo fato.

Em sentido semelhante, Cruzeiro (2018) alerta para um dilema que vivem todos aqueles que se dedicam a estudar acontecimentos excepcionais, e períodos autoritários podem ser assim compreendidos pelas rupturas que instauram: “A história contada ou a história vivida. O acontecimento conceptualizado, ou as acções, pensamentos e intenções dos actores, na sua surpreendente riqueza e espantosa energia mobilizadora” (p. 198). O que a autora está chamando a atenção é para o papel que exerce o sujeito entrevistado na percepção deste “real”, pois suas memórias não representam um estoque de experiências, mas uma constante “recriação de sentidos, a partir daquilo que se viveu” (p. 202).

Destes breves apontamentos podemos inferir que é possível abordar os dados desta investigação em uma perspectiva discursiva. Compreendemos que o discurso que emerge dos testemunhos é fruto desta recriação de sentidos sobre o vivido, mas também produz sentidos *nos* e *para* outros sujeitos, sentidos que não são unívocos, pois além de estarem vinculados a determinados tempos históricos e posições culturais, sociais e ideológicas (Pêcheux, 1997), são mediados igualmente pela nossa interpretação, que, da mesma forma, não é a única possível.

A coleta dos dados sobre os testemunhos ocorreu em quatro Centros de Documentação, em três deles por meio de consulta *in loco* e em um por meio de consulta aos arquivos disponibilizados na página eletrônica da instituição. Do material encontrado, foram selecionados 22 registros, disponíveis em arquivos de áudio, vídeo e transcrição, conforme detalhamento apresentado no Quadro 1.

Quadro 1: Detalhamento da coleta de dados.

Local de Consulta	Período da Consulta	Tipo de material
Centro de Documentação 25 de Abril, Coimbra	dezembro 2019 – janeiro 2020	Entrevista publicada em livro (1)
Centro de Documentação do Museu do Aljube Resistência e Liberdade, Lisboa	fevereiro 2020	Entrevistas gravadas em áudio e vídeo (11)
Centro de Documentação da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP), Lisboa	janeiro – fevereiro 2020	Entrevistas transcritas (9)
Museu Nacional Resistência e Liberdade, Fortaleza de Peniche, consulta ao site	abril 2020	Entrevista gravada em vídeo (1)

Fonte: Elaboração própria.

Quanto ao perfil dos entrevistados, em linhas gerais, são operários, operárias e sindicalistas, que representam diversas origens profissionais, tanto do meio urbano como do meio rural, conforme pode ser verificado no Quadro 2.

Quadro 2: Perfil e detalhamento dos testemunhos selecionados para consulta.

Perfil dos Entrevistados	Número de Registros	Detalhes do material
Viúva de um capitão, que atuou na resistência e trabalhou como assistente social junto à categoria operária em Lisboa	1	Entrevista individual
Mineiros de Aljustrel	1	Entrevista conjunta, com dois operários
Sindicalistas Bancários	3	Entrevistas individuais
Operárias dos campos de arroz do Alentejo, com a pessoa que protagonizou a organização da luta destas mulheres pela jornada de 8 horas	1	Entrevista conjunta, com quatro camponesas e um membro do sindicato
Corticeiros	1	Entrevista conjunta, com dois operários
Eletricistas	2	Entrevistas individuais
Vidreiros	1	Entrevista conjunta, com três operários e um relato em separado
Metalúrgicos	5	Entrevistas individuais, sendo duas da mesma pessoa, mas em Centro de Documentação e com enfoque diferentes
Ferroviários	1	Entrevista com filho/neto de dois ferroviários presos políticos
Atuação sindical na ditadura	2	Entrevistas individuais
Operário do Movimento Cristão	1	Entrevista individual
Compositor Mecânico de tipografia – operário do Movimento dos Jovens Trabalhadores Estudantes	1	Entrevista individual
Comissão de Socorro aos Presos Políticos	1	Entrevista conjunta com três membros da comissão

Fonte: Elaboração própria.

A análise foi construída a partir da leitura e interpretação dos registros dos testemunhos, procurando identificar sob quais categorias articulavam-se os seus discursos. Registre-se que as categorias, que serão apresentadas mais adiante, não foram pré-determinadas, mas, sim, emergiram do trabalho interpretativo.

Além da consulta aos testemunhos, parte deste texto também está fundamentado na revisão de literatura feita, que foi orientada a partir de categorias temáticas. Foram consultadas referências sobre Portugal e o Estado Novo; Justiça de Transição; Memória, Narrativas e Resistência Operária³.

O regime autoritário português em suas narrativas

No campo da conceitualização sobre o que foi o Estado Novo português, Torgal (2009a) destaca duas correntes: uma que o considera como um regime fascista, e outra, que o considera uma forma de autoritarismo conservador e intervencionista. Reconhecendo a complexidade da tarefa, que ultrapassa a simples atribuição de um rótulo, o autor conclui que o Estado Novo português pode ser considerado um sistema político identificado (para ele um regime fascista, mas que nasceu Republicano corporativista), assim como ocorreu com o fascismo italiano, o nazismo alemão ou o franquismo espanhol, mas alerta que entre todos há diferenças, decorrentes até da personalidade dos seus líderes.

Em Portugal, nas primeiras décadas dos anos 1900, entrecruzavam-se um descontentamento com as ideias demoliberais e comunistas vigentes (que não era exclusivo em Portugal) e um movimento de cultura de direita que emergia em vários setores da sociedade, tendo como um dos expoentes a Universidade de Coimbra⁴. Assim, houve uma construção, inclusive no campo discursivo, de que o projeto político de Salazar representaria a terceira via, uma solução ditatorial temporária, mas viável, pois resultaria em uma obra reformadora. Em outras palavras, a ditadura chegou a ser defendida, pois o que houve foi “uma convergência e uma imbricação de correntes” (Torgal, 2009a, p. 315), com a participação de vários atores, sendo Salazar a figura mais emblemática entre todos.

³ A principal base de consulta foram os recursos oferecidos pela Universidade de Coimbra: Biblioteca Geral, Biblioteca do CEIS20 e a plataforma UC Digitalis.

⁴ Como uma instituição social, a universidade reproduz as divisões e contradições da sociedade, também no aspecto ideológico. O caso da Universidade de Coimbra exemplifica bem esta questão, pois esta instituição tanto foi berço de movimentos ideológicos essenciais para a formação do Salazarismo, como o Integralismo Lusitano de viés neotradicionalista monárquico e o Movimento Católico-Social, apoiado pelo Centro Acadêmico de Democracia Cristã (CADC) (TORGAL; ÉSTHER, 2014), como também de movimentos de protesto contra o regime, como os acontecimentos da crise acadêmica de 1969, que envolveu protestos na inauguração do edifício das Matemáticas, largada de balões com palavras de ordem, e, por fim, a emblemática greve dos exames, que teve adesão majoritária dos estudantes da universidade.

O anticomunismo, o antiliberalismo, o antidemocratismo, o autoritarismo, o nacionalismo, o corporativismo faziam parte de um património ideológico comum, onde se encontravam monárquicos e republicanos, integralistas, católicos sociais, nacionais-sindicalistas, nacionalistas de várias tendências (Torgal, 2009a, p. 504).

Daí a formação do Estado Novo, que resulta da acção de um homem, Salazar, ou de um grupo de homens, salazaristas, que, dessa amálgama, conseguem construir uma ideia e uma prática, que acabam por impor pela persuasão e pela repressão, num processo de ideologia única (Torgal, 2009b, p. 316).

Salazar baseou a sustentação do seu regime em aparelhos repressivos e censórios – principalmente na ação da PVDE (Polícia de Vigilância e Defesa do Estado), que depois passou a ser chamada PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado), duas siglas que conforme Torgal (2009a) “no imaginário português do cidadão comum [...] soam a repressão totalitária” (p. 197) – e aparelhos ideológicos de reprodução (estruturas de cultura e propaganda), por meio da alteração das diretrizes educacionais, da realização de congressos e conferências, da edição de materiais publicitários, assim como por meio do uso da tática discursiva de afastar-se do regime autoritário italiano e alemão, reforçando a característica de originalidade do regime como forma de legitimar-se.

As estratégias de manutenção do salazarismo também passaram pela busca de constituição de sentidos *nos* e *para* os portugueses. O discurso reafirmava que em primeiro lugar vinha a Nação e que o Estado era a Nação politicamente organizada; ao mesmo tempo, eram utilizados enunciados estratégicos, como por exemplo, “tudo pela nação, nada contra a nação”, “estrutura harmoniosa de Vida e Beleza”, “robustecimento da raça pela melhoria das condições de vida”. Desta forma justificavam-se as investidas repressivas do regime, pois estariam a serviço da manutenção desta ordem almejada, ou seja, não representariam violência, mas o uso da força necessária. Inclusive, a imagem construída da polícia política era a de uma organização “eficiente e moderna, mas benevolente e humanitária” (Torgal, 2009a, p. 397).

Em síntese, Salazar administrava a “originalidade” do seu regime de diversas maneiras e de acordo com as conveniências, até mesmo apresentando-se como um Estado laico, sem, no entanto, abandonar o discurso católico.

No período subsequente a Salazar, capitaneado por Marcello Caetano, que o substituiu quando do seu afastamento por motivos de saúde, manteve-se a utilização de estratégias discursivas. Marcello Caetano tentou aparentar ser um governo mais liberal, entre outras formas, buscando abrandar a imagem das suas instituições por meio da alteração de certas estruturas, o que, de fato, ocorreu somente no âmbito das nomenclaturas, por exemplo: a área de inteligência passou a ser a Secretaria de Estado de Informação e Turismo; a polícia política PIDE passou a chamar-se Direcção-Geral de Segurança; o regime deixou de ser Estado Novo para ser Estado Social;

o partido do regime, a União Nacional (UN) passou a ser denominado Acção Nacional Popular (ANP). Mas, apesar da mudança superficial, em geral, o marcelismo manteve a essência das estruturas do Estado salazarista e, na opinião de alguns, com práticas até mais repressoras.

Ainda no campo discursivo, cabe destacar o papel-representação dos Militares em Portugal. Como esta instituição esteve à frente do movimento que pôs fim ao regime autoritário e, na sequência, do período de transição para a democracia, em geral, é reconhecida e aclamada como sinônimo de liberdade, de mudança, de uma nova vida política no país, apesar de, paradoxalmente, a literatura apontar que esta instituição também deu suporte ao regime salazarista durante seus anos de força.

Não só na própria constituição do regime, mas também ao longo de sua consolidação e manutenção, o Estado Novo foi palco de disputas entre, o que denominou Araújo (2016), as facas da Direita Portuguesa, ou seja, diversos grupos de direita como o Integralismo Lusitano, o Estado Novo e o Nacional-Sindicalismo dos “camisas azuis”. Neste caso, o grande feito de Salazar foi conseguir aglutinar e, de certa forma, dirigir tais interesses a seu favor, assim como também domesticou o poder de duas instituições que foram decisivas para a longevidade do regime – a Igreja e as Forças Armadas (Pimentel, 2014).

Além dos desafios internos, o regime de Salazar e, nos anos finais, de Marcello Caetano foram alvo de constantes movimentos de oposição, conforme afirma a pesquisadora Irene Pimentel (2014), que dedicou um livro ao assunto. Tais movimentos provinham do Partido Comunista, mas não só, como por exemplo, o movimento de cineclubes, o movimento de coletividades, o movimento estudantil e o movimento operário/sindical, este último, a origem dos testemunhos consultados na investigação.

As estruturas representativas dos trabalhadores sofreram vigilância permanente do regime que, muitas vezes, agia também de forma intervencionista e repressiva, com despedimentos de militantes, intimidação de dirigentes eleitos, proibição de reuniões, censura aos boletins sindicais, prisões de dirigentes e inserção de informantes na estrutura administrativa dos sindicatos (Nunes *et al.*, 2011).

No entanto, isto não foi suficiente para evitar o movimento de várias categorias, como destaca Pimentel (2014): movimento de aumento salarial para os ferroviários, em 1969; greves laborais de mais de 2 mil operários de diversas empresas públicas e privadas, entre 1969 e 1970; inserção e vitória de candidatos não alinhados ao governo, em mais de 60 eleições para as direções sindicais, em 1970; agitação entre conserveiros, portuários, operários de indústrias químicas, cimento, papel, montagem de automóveis e componentes eletrônicos, indústria de confecções, e em algumas classes médias que também enveredaram pelo sindicalismo, nomeadamente, os médicos internos e graduados dos Hospitais Cívicos de Lisboa e em particular do Hospital de Santa Maria, em 1970 e 1971. Ainda, segundo Nunes *et al.* (2011),

a partir do final dos anos 1960 os trabalhadores intensificaram ações no sentido de retomar os rumos dos Sindicatos Nacionais, fundando a Intersindical que deu força ao Movimento Sindical Unitário, cuja contribuição para a queda do regime de Salazar não pode ser ignorada.

Apesar do volume e da capacidade de movimentação alcançada pelas lutas trabalhistas, Santos, Ferreira e Lima (1976) consideram que tais movimentos acabaram por ser silenciados à grande parte da população portuguesa, principalmente a partir do final de 1973, devido à censura sofrida pelos meios de comunicação.

Entretanto, mesmo a forte repressão e censura exercidas pelo governo não impediram que houvesse um alinhamento entre os diversos movimentos oposicionistas ao regime ditatorial, naquele momento enfraquecido pelas dificuldades econômicas, pelas condições precárias de trabalho e emprego, e pelo desgaste causado pelo envolvimento de Portugal nas guerras coloniais.

Neste sentido, assim como o início do Estado Novo português foi marcado por uma confluência momentânea de interesses, o que não impediu disputas posteriores, o final da ditadura portuguesa também pode ser caracterizado pelo alinhamento entre diversos setores e atores – operários das mais diversas categorias, a Intersindical, o setor de finanças, as classes médias, os estudantes, e parte do clero e das Forças Armadas.

Nos países que passaram por períodos de governo autoritário, em especial, com episódios de repressão e prisões políticas, no bojo das discussões que envolvem os Direitos Humanos estão presentes também as questões relativas à justiça de transição; assim, nossa revisão de literatura também procurou compreender as ações implementadas em Portugal neste âmbito. Foram consultadas fontes sobre como a questão dos Direitos Humanos se apresentou na pauta do país, pós-Revolução de 25 de Abril de 1974 e, na sequência, sobre a justiça de transição.

É consenso entre vários autores que, desde a “Revolução dos Cravos – 25 de Abril de 1974”, Portugal não poupou esforços para fazer-se presente em diversas convenções internacionais e regionais que visam proteger os direitos humanos. No entanto, também é consenso que, apesar de todos os esforços externos, internamente ainda há muito a ser feito (Albuquerque; Teles, 2004; Pita, 2018).

Esta condição é admitida também fora do ambiente acadêmico, conforme pode-se perceber em manifestações ocorridas no âmbito da Conferência e das comemorações dos “40 Anos da Adesão de Portugal à Convenção Europeia dos Direitos Humanos”⁵, evento ocorrido no ano de 2018, por organização do Ministério da Justiça e da Ordem dos Advogados. Os fragmentos infra exemplificam o cenário português de avanços *versus* desafios persistentes.

⁵ [Acesso em 20 nov. 2019]. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/Paginas/2018/novembro/40Anos-CEDH.aspx>.

Portugal não só honra a sua tradição na área dos direitos humanos, como a celebra também com orgulho. Esta é uma tradição com raízes profundas. Portugal foi, por exemplo, o primeiro país do mundo que iniciou o processo de abolição da pena de morte (Secretário-Geral do Conselho da Europa).⁶

Ao longo destes anos, Portugal tem sido condenado várias vezes em Estrasburgo, nomeadamente por atrasos na justiça e por desrespeito de garantias de processo penal (Comissário nacional para as Comemorações dos 70 anos da DUDH e dos 40 anos da adesão de Portugal à CEDH).⁷

Podemos considerar que a integração de Portugal na Comunidade Europeia tornou tais desafios ainda mais complexos, visto que tal adesão obrigou, inevitavelmente, a uma ampliação na compreensão de categorias que são fundamentais para o modo de vida e de pensar de um país e, conseqüentemente, para implementar ações voltadas aos direitos humanos: o conceito de povo, de cidadania, de território, de soberania. Mesmo porque a própria União Europeia também demonstra dificuldades com tais questões, exemplo é a dissonância existente entre sua Carta dos Direitos Fundamentais e as políticas migratórias e de asilo conduzidas pelo Bloco (Oliveira, 2016).

Justiça de transição é definida por Raimundo (2013) como sendo um ajuste de contas com o passado por meio de instrumentos legais ou extraleais, por iniciativa da elite política ou da sociedade civil organizada, durante o período de mudança de regime.

Consideramos que esta temporalidade das ações de justiça de transição, em alguns casos, pode não ficar restrita ao “período de mudança de regime”, pois este “acerto de contas” é afetado pelas dinâmicas internas de cada país e pode estender-se no tempo, como por exemplo: pela forma como ocorreu a mudança de regime; pelas práticas legislativas subsequentes, que podem impactar no tempo para aprovação de normativas; e pelas características próprias do governante pós-transição. Inclusive, ao longo do mesmo texto a autora cita o trabalho de Huntington (1991)⁸ que esclarece este ponto, pois, segundo o autor, transições por ruptura normalmente criam uma janela de oportunidades para o ajuste de contas com o passado, no entanto, transições negociadas estariam mais condicionadas a atuação de pessoas potencialmente interessadas nesta questão.

Especificamente sobre Portugal, Raimundo (2015) afirma que o ajuste de contas com o passado ditatorial foi compreendido de forma diferente no início da democrati-

⁶ [Acesso em 20 nov. 2019]. Disponível em: <https://www.comemoracoesdireitoshumanos.gov.pt/o-papel-de-portugal-numa-europa-de-direitos>.

⁷ [Acesso em 25 nov. 2019]. Disponível em: <https://www.comemoracoesdireitoshumanos.gov.pt/portugal-e-a-convencao-europeia-dos-direitos-humanos-40-anos-depois/>.

⁸ HUNTINGTON, Samuel – *The Third Wave. Democratization in the Late Twentieth Century*. Norman, OK: University of Oklahoma Press, 1991.

zação e depois da democracia consolidada. As medidas foram mais presentes e intensas logo depois da Revolução, o que pode ser explicado pelo tipo de transição, por ruptura, e, com a entrada na União Europeia, o tema parece ter deixado de ser tão relevante, ou seja, é como se o ajuste de contas estivesse encerrado com a mudança do regime.

As medidas de justiça de transição em Portugal foram diversas, tanto em seu caráter, umas mais punitivas outras mais simbólicas, como em sua abrangência. Raimundo (2015) afirma que isto pode ter ocorrido devido ao fato de que, da transição até 1982, os militares estiveram presentes em todas as instituições políticas, influenciando decisões, inclusive sobre este assunto, e também porque àquela altura as elites militar e civil não tinham nem o conceito nem uma prática para orientar tais ações.

A partir da organização apresentada pela autora, segue quadro síntese das medidas adotadas em Portugal.

Quadro 3: Medidas de Justiça de Transição adotadas em Portugal e suas características.

Tipo de Medida	Abrangência	Características
Exílio Forçado	Cúpula do regime	Exílio arranjado na própria madrugada do dia 25 de abril de 1974, inicialmente para a ilha da Madeira e depois para o Brasil. Isto permitiu que esta elite política nunca fosse julgada.
Depuração	Civis e militares que foram colaboradores e simpatizantes com o regime	Afastamento ou suspensão da função pública, por três motivos: comportamento não democrático, incapacidade de adaptação ao novo contexto democrático e incompetência (até 1975), e pelo comportamento antes da queda do regime (a partir de 1975).
Julgamentos	Membros da PIDE	Julgamentos feitos nos tribunais militares (a partir de 1976) e regidos pelo Código de Justiça Militar, com penas que descontavam, em média, 20 meses de prisão preventiva e dois perdões de 90 dias.
Comissão de Investigação (Comissão do Livro Negro)	Vítimas e instituições do regime	Comissão de investigação dos crimes políticos cometidos durante o Estado Novo, instituída em 1978, e composta por membros da oposição ao regime, incluindo Socialistas, Comunistas, membros da maçonaria, intelectuais e políticos republicanos.
Compensação de vítimas	Vítimas do Estado Novo, divididas por categorias	Compensação financeira (pensão) ou simbólica (insígnia), a partir de 1976, atribuída de acordo com a caracterização de cada tipo de vítima: quem lutou pela democracia; vítimas de prisão ou clandestinidade; vítimas de trabalhos forçados.
Anistia	Presos políticos, exilados, servidores civis e militares	Imediatamente e nos meses seguintes à Revolução houve soltura de presos políticos; autorização de retorno ao país para os exilados; reintegração de servidores civis e militares afastados ou punidos por razões políticas; e anistia de crimes de fim político ocorridos antes de 25 de Abril.

Fonte: Elaboração própria a partir de Raimundo (2015).

De acordo com Raimundo (2015), a partir de 1976, Portugal foi marcado mais por uma política de reconciliação e de reintegração do que de punição, destacando-se, neste sentido, iniciativas de preservação da memória sobre o regime e a resistência.

Quanto aos resultados alcançados pelas medidas de justiça de transição adotadas em Portugal, Raimundo (2015) e Raimundo e Pinto (2016) apontam que:

- Até o ano de 2016, 484 civis e militares foram homenageados com a Ordem da Liberdade (compensação simbólica).
- Segundo dados de 2015, disponibilizados pela Direção-Geral de Aposentações, 121 pessoas foram contempladas com compensação financeira (pensão).
- A Comissão do Livro Negro identificou que, ao longo dos 48 anos de Ditadura, o número de presos políticos teria chegado a 30.000, sendo destes 49,16% da classe operária e de trabalhadores, e a mesma comissão publicou 22 relatórios temáticos sobre o período.
- Não há registros de dados quantitativos sobre os beneficiados pela anistia.
- Foram enviados para julgamento 2.667 processos de membros da PIDE, sendo 68% dos indivíduos condenados a penas de 1 a 6 meses de prisão.

Apesar da aparente eficácia de tais medidas, em inquérito *online* realizado com vítimas de prisão, detenção, clandestinidade, exílio, e desertores a fim de compreender qual a atitude destes atores perante os mecanismos de justiça transicional portuguesa existentes, Raimundo e Pinto (2016) constataram que apenas 44% dos inquiridos declararam ter recorrido a alguma das medidas de justiça de transição, sendo a mais procurada a lei que permite a contagem especial de tempo para efeitos de aposentação do período vivido na clandestinidade ou na prisão; que, apesar da quantidade expressiva de relatórios temáticos publicados pela Comissão do Livro Negro, 46% admitiram não conhecê-los; e que cerca de 72% dos respondentes consideram que as vítimas ainda não obtiveram o reconhecimento que merecem.

Estes dados nos provocam duas reflexões: se a baixa porcentagem de procura pelas medidas da justiça de transição, bem como pelo conhecimento de resultados dos processos investigativos, estaria relacionada somente ao desconhecimento de tais ações ou também ao imaginário constituído nestas pessoas sobre o que significa “ser vítima” quando o regime que as afetou não mais existe; e que as medidas de justiça de transição, por si só, não satisfazem a sensação de reconhecimento que as vítimas de regimes autoritários almejam. Questões que podem desdobrar-se em investigações futuras.

Neste cenário, o que observamos que tem ganhado força são os movimentos de irrupções de memória – ex-prisões políticas transformadas em Museus com Centro de Documentação agregado, que além das exposições permanentes sobre o tema, também realizam projetos educativos, investigativos e de registro de testemunhos (Aljube e Fortaleza de Peniche, por exemplo), bem como a atuação de organizações civis como a Associação Movimento Cívico Não Apaguem a Memória⁹.

Iniciativas com este mote é que deram origem aos testemunhos que embasam a próxima seção deste trabalho.

⁹ <https://maismemoria.org/mm/>

Os caminhos da memória sobre o regime autoritário português

As entrevistas consultadas representam um entre tantos discursos que se entrecruzam no processo de significar o período autoritário português – o olhar da categoria operária. São atores que sofreram as consequências do regime autoritário em, pelo menos, duas dimensões das suas vidas: a dimensão pessoal, pela restrição ou perda da liberdade; e a dimensão profissional, pela degradação das condições de trabalho ou, em alguns casos, a perda do trabalho, pelos despedimentos.

A análise dos registros das entrevistas – áudios, vídeos e transcrições – nos mostrou que a articulação do discurso produzido pelos testemunhos é baseada em enunciados que podem ser agrupados em três categorias: a categoria das representações, ou seja, sentidos produzidos a partir das experiências vividas; a categoria dos tensionamentos, representada por traumas, silenciamentos e dilemas éticos que a experiência da repressão desenvolveu; e uma dimensão mais concreta que se manifesta no relato das condições impostas pelo período da ditadura.

Representações

I – Representações sobre o regime

– *O regime como força motriz para a solidariedade*: a narrativa sobre as experiências vivenciadas durante a ditadura portuguesa evidencia uma preocupação revelada nos testemunhos de, em paralelo ao movimento de descrição dos fatos, ressaltar que houve a criação de fortes laços pessoais entre as vítimas do regime. Neste sentido, são registrados exemplos da solidariedade que havia entre os presos, entre as famílias dos presos, entre os membros dos sindicatos e da sociedade em geral para com os presos.

– *O regime como forma de despertar para a militância*: alguns testemunhos revelam que a tomada de consciência que levou à ação, ou seja, o início de uma postura de resistência e enfrentamento ativo, foi promovida pelas condições de vida, de trabalho e da violência impostas pelo regime.

– *O regime como espaço de construção de aprendizagens*: nos testemunhos é possível identificar que a vivência da repressão promoveu o desenvolvimento de várias estratégias de sobrevivência e de defesa, passando pela autodefesa, pela defesa dos companheiros e companheiras de militância e resistência, pela preservação da segurança família, principalmente dos filhos e filhas de presos, bem como pela aprendizagem de formas mais eficazes de resistência. Dos testemunhos também emerge o desenvolvimento de um sentimento de que foi feito algo significativo para o futuro das pessoas e do país.

– *O regime como instrumento de poder*: fica evidente nos testemunhos que o poder exercido pelo regime era feito por meio do controle direto das pessoas, em sua vida particular e nas atividades profissionais e políticas, como perseguições, censura e vigilância, bem como pelo controle simbólico, utilizando-se de propagandas e uso de imagens que constituíam discursos convenientes ao regime, e por meio de estratégias de formação de mentalidades, utilizando-se do controle sobre os conteúdos de materiais educacionais.

II – Representações sobre uma certa categorização entre os que faziam resistência ao regime, evidenciada pela percepção revelada de que houve tratamento diferenciado dado aos presos políticos comuns e aos presos militares. Cada grupo permanecia em prisões distintas e, segundo alguns relatos, as condições eram melhores para os presos militares.

III – Representações sobre o papel exercido no ato de registrar suas memórias: há entrevistados que percebem o momento da entrevista como um espaço de expressão, enquanto outros percebem este momento como forma de justiça e de continuidade da resistência.

Tensionamentos

I – Traumas pessoais decorrentes do período de prisão e das torturas sofridas, inclusive no imaginário, por exemplo, encontramos relatos de pessoas que ainda hoje não suportam ficar em um local com a porta fechada ou não suportam estar perto de um cavalo.

II – A consciência dos sofrimentos causados às famílias pela escolha da militância, em especial, dos testemunhos faz emergir sentimentos difíceis quando relatam as condições de vida impostas aos membros da família, a separação, a vida na clandestinidade, a experiência de presenciar a prisão do pai/mãe, a privação dos filhos de frequentar a escola.

III – Tensionamento ético vivenciado ainda durante o período da ditadura, expressado por relatos de momentos em que havia uma reflexão sobre se toda a estratégia de resistência usada em resposta à violência justificava-se; se em situações como estas caberia o perdão; e se o indivíduo deveria preservar-se ou continuar lutando e correndo riscos pelos que continuavam presos.

IV – Tensionamento ético vivenciado no pós-25 de Abril, representado pela forma como deveriam tratar a questão da anistia geral, por exemplo, como lidar com a situação de encontrar com torturadores em liberdade?

Relatos

I – Relatos sobre as condições de trabalho e as lutas trabalhistas durante a ditadura; o trabalho infantil; a condição de pobreza das famílias na época.

II – Relatos sobre as práticas de tortura (estátua, tortura do sono) e estratégias utilizadas pela polícia política (PIDE) nas prisões e durante os interrogatórios.

III – Relatos sobre práticas de resistência operária e sindical.

IV – Relatos sobre as condições e a rotina nas prisões.

Apesar destas entrevistas terem sido registradas em contextos específicos, projetos temáticos que, em certa medida, privilegiavam a categoria dos relatos¹⁰, percebemos que, em geral, estes operários, operárias, sindicalistas e militantes, ao elaborarem suas memórias com a finalidade de compartilhá-las e ao olharem para o seu passado com os olhos do presente, vão além de um narrar os fatos, pois emergem em paralelo, e com bastante evidência, uma dimensão pessoal e uma dimensão subjetiva, representadas pelas duas primeiras categorias, representações e tensionamentos. Ou seja, ao reelaborarem suas memórias sobre as experiências vivenciadas durante a ditadura, seus relatos são perpassados por narrativas de afeto, de tensões e de significações, uma história de vida na qual os fatos históricos são o contexto para uma dimensão humana, ética e política.

Consideramos que este entrecruzamento entre memórias e sentimentos deve-se ao fato de que estas são pessoas que ao longo do período ditatorial assumiram diversos papéis que se mostram presentes em seus discursos: o operário/a nas atividades laborais e nas atividades do sindicato; o operário/a que também era pai/mãe no exílio, na prisão ou na clandestinidade; o operário/a que também foi companheiro/a de prisão de outros trabalhadores e companheiro/a de resistência; e, hoje, ex-operários/as, cidadãos e cidadãs livres rememorando esta história, que para eles significa muito mais que a história de um país, pois é a sua história de vida.

Considerações

A primeira parte deste texto, que não teve por objetivo uma contextualização marcada pela exaustividade, mas, sim, apresentar os principais aspectos que nos guiaram ao longo da investigação, revela que o período do Estado Novo em Portugal

¹⁰ Projeto *Dias da Memória, Vidas Prisionáveis e Vidas na Resistência*, no Museu do Aljube; Projeto *Testemunhos Orais – das origens da Intersindical ao Congresso de Todos os Sindicatos*, na CGTP; e Projeto *História Oral – testemunhos e histórias de vida, de alguns dos principais protagonistas da transição para a democracia*, no Centro de Documentação 25 de Abril.

foi permeado pela construção de imagens, o que para nós representa o uso do discurso na construção de significações *nas* e *para* as pessoas, como por exemplo: o regime autoritário como “a solução” viável; o Estado Novo português como um regime original e afastado do fascismo italiano e do nazismo alemão; tudo feito em nome da Pátria, por uma polícia que não usa de violência, mas de força necessária; o contraste entre o imaginário a respeito da polícia, como sinônimo de repressão totalitária, e das Forças Armadas, como sinônimo de liberdade.

Sobre a questão dos Direitos Humanos, percebemos que, depois da Revolução de 25 de Abril de 1974, Portugal dedicou-se a construir uma imagem externa que, de certa forma, ainda enfrenta desafios perante as suas práticas internas, e que, no âmbito da justiça de transição, as políticas da memória acabaram por conquistar mais espaço do que as políticas de reparação às vítimas da ditadura.

Inserido neste último aspecto, o da memória, está fundamentada a segunda parte deste trabalho. Os atores escolhidos, pertencentes à categoria operária, assumem o momento de registrar suas memórias como uma forma de justiça e de vigilância contra qualquer ameaça antidemocrática que possa ser aventada na sociedade portuguesa.

Suas narrativas denotam um movimento que caracterizou a relação destas pessoas com o regime – lutas de organização coletiva e por melhores condições de trabalho que, ao serem reprimidas, transformaram-se em luta política, uma luta de resistência contra a ditadura.

O discurso dos operários e sindicalistas portugueses, em geral, organiza-se a partir de enunciados que expressam representações sobre o regime em si, sobre a resistência e sobre o papel que exerce o seu testemunho; tensionamentos sobre traumas e sobre as implicações familiares decorrentes da militância; e relatos, com certa riqueza de detalhes, sobre rotinas na prisão, interrogatórios e torturas. Portanto, revelam a história, a vida, a significação e como tudo isso se articula nas memórias destas vítimas do regime autoritário português.

Tudo isso proporciona uma outra perspectiva sobre este período histórico, assim como uma oportunidade de reafirmar a importância da transição portuguesa para a democracia no sentido de, como afirma Álvaro Vasconcelos (2022, p. 90), “procurar lições que sirvam o propósito de reverter os processos de autocratização” em curso na atualidade.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Catarina; TELES, Patrícia Galvão – Portugal e os Direitos Humanos. In *JANUS 2004. Anuário de Relações Internacionais*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 2004. [Acesso em 13 nov. 2019]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11144/1545>

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento – Diferentes faces da direita portuguesa no Estado Novo salazarista. *Estudos Ibero-Americanos*, 42:3 (2016), pp. 1246-1252.

CRUZEIRO, Maria Manuela – Revolução, história e memória: o 25 de Abril e os desafios da História Oral. *e-cadernos CES*, vol. 29 (2018), pp. 197-211. Disponível em: <http://journals.openedition.org/eces/3431>

HUNTINGTON, Samuel – *The Third Wave. Democratization in the Late Twentieth Century*. Norman, OK: University of Oklahoma Press, 1991.

NUNES, Américo *et al.* – *Contributos para a História do Movimento Operário e Sindical: Das Raízes até 1977*. Volume I. Lisboa: CGTP-IN – Departamento de Cultura e Tempos Livres; IBJC – Instituto Bento de Jesus Caraça, 2011.

OLIVEIRA, Andreia Sofia Pinto – 30, 40, 50. 30 Anos da Integração Europeia; 40 da Constituição Portuguesa; 50 Anos dos Pactos Internacionais da ONU: O que fizeram pelos nossos direitos? *Debater a Europa*, n.º 15 (2016), pp. 105-114.

PAULO, Heloísa – Uma memória dos opositores sobre o regime e sobre a oposição. In TORGAL, Luís Reis; PAULO, Heloísa (org.) – *Estados autoritários e totalitários e suas representações*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, pp. 377-387.

PÊCHEUX, Michel – *Semântica e Discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: EDUUNICAMP, 1997.

PIMENTEL, Irene Flunser – *História da oposição à ditadura 1926-1974*. Porto: Figueirinhas, 2014.

PITA, Marta Sofia Camelo – *Narrativas dos Direitos Humanos em Portugal*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2018. Tese de Doutoramento em Relações Internacionais.

RAIMUNDO, Filipa – Partidos políticos e justiça de transição em Portugal: o caso da polícia política (1974-1976). In PINTO, António Costa; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (eds.) – *O passado que não passa: o legado das ditaduras na Europa do Sul e na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, pp. 75-126.

RAIMUNDO, Filipa – A Justiça de Transição e a Memória do Autoritarismo em Portugal. *Revista Contemporânea*, n.º 7 (2015), pp. 1-32.

RAIMUNDO, Filipa; PINTO, António Costa – Memória e reparação das vítimas do Estado Novo na democracia portuguesa. In MUÑOZ, Antonio; RODRÍGUEZ, Francisco J.; LEÓN, Guillermo (eds.) – *El Portugal Salazarista frente a la democracia. El asesinato de Humberto Delgado y sus implicaciones internacionales*. Badajoz: Imprenta Diputación, 2016, pp. 35-53.

SANTOS, Maria de Lurdes Lima dos; FERREIRA, Vítor Matias; LIMA, Marinus Pires de – *O 25 de Abril e As Lutas Sociais nas Empresas*. Volume I. Porto: Edições Afrontamento, 1976.

TORGAL, Luís Reis – *Estados Novos Estado Novo: Ensaios de História Política e Cultural*. Volume I. 2.ª ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009a.

TORGAL, Luís Reis – *Estados Novos Estado Novo: Ensaios de História Política e Cultural*. Volume II. 2.ª ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009b.

TORGAL, Luís Reis; ÉSTHER, Angelo Brigato – *Que universidade? Interrogações sobre os caminhos da universidade em Portugal e no Brasil*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014.

VASCONCELOS, Álvaro – *De Trump a Putin. A guerra contra a democracia*. Porto: Edições Afrontamento, 2022.